Bets e segurança: a distorção fiscal que ameaça o interesse público

» RAUL JUNGMANN
Ex-ministro da Reforma Agrária, da Defesa e da Segurança Pública e atual diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram)

O Brasil enfrenta uma crise fiscal aguda, na qual medidas improvisadas, como o aumento do IOF (Imposto sobre Operação Financeira), são adotadas para tentar equilibrar as contas públicas. Criado com função regulatória, o IOF não pode funcionar como válvula de escape para fechar o caixa da União, especialmente porque essa ferramenta encarece o crédito, atrapalha as operações financeiras e de alocação eficiente de recursos e distorce os preços relativos da economia.

Em 2018, quando ministro da Segurança Pública, lideramos a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), com a promulgação da Lei nº 13.756. A lógica era simples: construir um mecanismo permanente, estável e não tributário de financiamento para programas estruturantes de segurança, inteligência e modernização das forças policiais. Inspiramo-nos nas boas práticas internacionais que desvinculam a proteção social de ciclos fiscais — e elegemos as loterias como uma fonte segura e escalável de recursos.

Naquele momento, as chamadas bets sequer existiam no Brasil. Mas a lei já antevia a possibilidade de que novas modalidades lotéricas poderiam ser vinculadas ao FNSP. Seis anos depois, a realidade superou todas as projeções: em depoimento à CPI das Bets, o atual presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, afirmou que, em 2025, o setor movimentará entre R$ 20 bilhões e R$ 30 bilhões por mês, ou seja, até R$ 360 bilhões ao ano.

E o que o país arrecada disso? Muito pouco. A causa disso está na morosidade que não regulamentou o mercado. Lembro, ainda, a fala do presidente do BC: "Se existe jogo, deve haver regulação." Sua fala sintetiza o que já deveria ser óbvio. A omissão regulatória não só abre espaço para evasão fiscal e lavagem de dinheiro, como também representa a perda de uma janela histórica para financiar setores estratégicos sem aumento de carga tributária.

Supondo a arrecadação bruta anual em R$ 360 bilhões, conforme os dados do BC, já subtraídos os descontos de prêmios, Imposto de Renda (IR) e outras obrigações, o saldo disponível seria de R$ 69,75 bilhões. Conforme a legislação vigente, 88% desse saldo líquido deve ser destinado à cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador (R$ 61,37 bilhões) e 12% deve ser redistribuído às áreas sociais (R$ 8,37 bilhões), com a seguinte decomposição aproximada: educação, 10% (R$ 837 milhões); segurança pública, 13,6% (R$ 1,139 bilhão); esporte, 36% (R$ 3,013 bilhões); turismo, 28% (R$ 2,344 bilhões); saúde, 1% (R$ 83,7 milhões); entidades da sociedade civil, 0,5% (R$ 41,8 milhões); Funapol, 0,5% (R$ 41,8 milhões) e ABDI, 0,4% (R$ 33,5 milhões).

Como proposta, se adotássemos um modelo semelhante ao das loterias tradicionais, destinando 40% da arrecadação bruta (R$ 144 bilhões) diretamente para áreas sociais — em vez de apenas redistribuir o saldo líquido após prêmios e IR —, o impacto social seria amplificado de forma expressiva. Nesse modelo, mantendo a proporcionalidade legal atual, os valores destinados às áreas sociais se multiplicariam, permitindo, por exemplo: FNSP sair de R$ 1,06 bilhão para R$ 8,7 bilhões; educação subir de R$ 837 milhões para R$ 6 bilhões; turismo saltar de R$ 2,34 bilhões para cerca de R$ 16 bilhões.

Lembrando que a regulamentação ainda está pendente, de modo que as bets ainda não geram distribuição às áreas sociais. Implementar essa proposta proporcionaria ao FNSP e a outras áreas sociais estratégicas um financiamento contínuo, robusto e independente de circunstâncias políticas imediatas, permitindo investimentos consistentes em inteligência, prevenção e modernização das forças policiais e demais serviços essenciais.

Outra possibilidade seria cambiar os recursos entre turismo e segurança pública, dada a urgência do tema no cenário nacional. Nesse caso, o FNSP ficaria com um adicional de orçamento de R$ 16 bilhões.

É preciso reconhecer que o atual modelo, ao privilegiar excessivamente o operador privado, representa uma oportunidade perdida de articulação entre desenvolvimento econômico e fortalecimento das políticas públicas. O Brasil não pode continuar a tratar as apostas esportivas como uma simples atividade econômica; trata-se de um fenômeno social, com potenciais riscos e benefícios que exigem uma regulação proativa, ética e eficiente.

Aproveitar estrategicamente as bets, alinhando-as às práticas consagradas das loterias tradicionais, pode transformar um mercado bilionário em uma fonte sustentável e ética de financiamento público, demonstrando visão inovadora e compromisso com o bem-estar social brasileiro.

Por uma revolução na saúde sem prescindir de nossos princípios

» **TAZIO VANNI**
Médico infectologista do Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF), doutor em saúde pública pela Universidade de Londres

» JULIVAL RIBEIRO
Médico Infectologista, coordenador do Núcleo de Controle de Infecção do HBDF

» LÍVIA VANESSA RIBEIRO GOMES PANSERA
Médica infectologista, presidente do CRM-DF

A quarta revolução industrial inicia-se impulsionada pela inteligência artificial (IA), pela análise de dados em larga escala e pela automação avançada. Essa nova era vem redesenhando a forma como produzimos, nos comunicamos e, cada vez mais, como cuidamos da saúde. Diagnósticos mais rápidos e precisos, terapias personalizadas, otimização de processos hospitalares, e a previsão de surtos com antecedência. Uma promessa tentadora de eficiência, precisão e vidas salvas.

Entretanto, diante das sempre deslumbrantes promessas tecnológicas, surge uma pergunta urgente e necessária: como garantir que essas ferramentas, tão poderosas quanto pouco transparentes, realmente apresentam a eficácia prometida? E mais: que funcionam com segurança, ética e equidade?

Se em muitas áreas o objetivo das decisões é maximizar o lucro, na saúde, cada decisão carrega o peso da vida de um ser humano, com laços afetivos e papéis sociais. Por isso, a incorporação de tecnologias de IA precisa ser pautada, antes de qualquer entusiasmo, por princípios éticos e científicos.

Apesar dos inúmeros lançamentos de soluções baseadas em IA na saúde, a imensa maioria entra no mercado com evidências frágeis: sem estudos comprovando sua eficácia ou segurança, ausência de revisões independentes, sem demonstrar cumprir critérios mínimos para determinarem decisões clínicas. Não é raro encontrar algoritmos treinados em bases de dados limitadas, que funcionam bem em ambientes controlados, mas falham quando expostos à complexidade do mundo real — especialmente quando lidam com diferentes populações e dimensões de valor.

Se, em todo o mundo, agências reguladoras estabelecem que nenhum novo teste diagnóstico ou tratamento é aprovado sem estudos bem estruturados e revisados por pares, por que aceitaríamos menos de uma ferramenta de IA que influencia diagnósticos e decisões terapêuticas?

É preciso exigir que a IA na saúde siga, ao menos, os mesmos princípios da medicina baseada em evidências: estudos metodologicamente robustos, amostras representativas, reprodutibilidade dos resultados e avaliações independentes. O fascínio pela inovação e rapidez de resultados não pode obscurecer nossa responsabilidade com bem-estar social.

Essa exigência é ainda mais crucial, porque a IA generativa, ao contrário de uma tecnologia passiva, aprende, se atualiza, se transforma. Um algoritmo aprovado hoje pode apresentar comportamentos diferentes amanhã. Isso impõe a necessidade de evidências e monitoramento contínuo, avaliando não apenas a performance técnica, mas também garantido a ética e a equidade na assistência aos pacientes ao longo do tempo.

A promessa da IA na saúde não está completa sem um compromisso com a inclusão e acessibilidade. É crucial que seus avanços beneficiem a todos, independentemente da localização geográfica ou condição socioeconômica.

A necessidade é imediata. O Ministério da Saúde e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) precisam formular e publicar diretrizes para avaliação e aprovação de tecnologias baseadas em IA, em harmonia com as recomendações do Ethics and Governance of Artificial Intelligence for Health, da Organização Mundial da Saúde (OMS), e seguindo os passos do National Institute for Health and Care Excellence (NICE), no Reino Unido. Essas diretrizes devem ser construídas com os conselhos de ética profissional, que são responsáveis por zelar pela boa prática assistencial. Instituições de saúde devem adotar ferramentas que sigam essas diretrizes de maneira transparente. Num esforço de alfabetização digital em saúde, profissionais de saúde e pacientes precisam ser capacitados para questionar e interpretar o que essas tecnologias oferecem.

Sem essas medidas, a promessa da IA se converte em um terreno fértil para erros, vieses e danos silenciosos — justamente onde deveríamos encontrar segurança e precisão, correndo-se o risco de transformar pacientes em vítimas.

A inteligência artificial tem potencial para revolucionar a saúde. Mas toda revolução que ignora a ética e a ciência, cedo ou tarde, cobra um preço alto. Se quisermos que essa revolução realmente floresça em benefício das pessoas e da sociedade, precisamos agir agora, com responsabilidade. É urgente prevenir para que a IA, tão cheia de promessas, não repita a velha tragédia das revoluções que, cegas pela pressa, acabam prescindindo de seus princípios.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // *circecunha.df@dabr.com.br*

Estado ameaçado

Você parece estar perguntando se organizações criminosas brasileiras, como o PCC (Primeiro Comando da Capital), o CV (Comando Vermelho) e outras poderiam vir a se constituir, um dia, como organizações paramilitares ou até políticas — talvez nos moldes de grupos armados ou milícias que, em outros contextos, assumiram papéis de poder institucional ou regional. De fato, isso já ocorre. Organizações como o PCC e o CV, embora não sejam paramilitares no sentido clássico (com ideologia política explícita ou objetivo de tomada formal do poder), têm, como é sabido, estrutura hierárquica, armamento e controle territorial em favelas e periferias urbanas, tudo muito similar às milícias ou grupos insurgentes em outros países.

Afinal, controlam comunidades inteiras, impõem regras, aplicam "justiça", cobram impostos ("arrego") e negociam com políticos e policiais. Em alguns casos, como em partes da Amazônia ou do Nordeste, já há controle de rotas logísticas e até pactos locais de governança informal com elites corruptas ou agentes do Estado. Pior será se um dia vierem a se transformar em partidos ou forças políticas oficiais? Financiar candidatos, isso eles já fazem. Mas tudo isso vai depender do grau de deterioração do Estado Democrático e do pacto social.

Diferentemente das FARC, na Colômbia, ou do Hezbollah, no Líbano (que têm discursos ideológicos e legitimidade entre parte da população), o PCC e o CV não têm, por enquanto, um discurso político claro. São essencialmente organizações voltadas ao lucro, por meio do narcotráfico, extorsão, roubo e outras modalidades de crime. No entanto, não se pode negar que essas organizações têm um histórico de alianças com políticos locais, especialmente em regiões onde o Estado é ausente. Isso, obviamente, pode se intensificar com o tempo.

Agora, caso o Estado brasileiro entre em um processo de colapso institucional severo, sendo a corrupção a indutora, ou haja um processo extremo de fragmentação federativa, é possível que esses grupos venham a se institucionalizar, como máfias que se tornaram partidos ou milícias, e virem governos locais. Tudo dependerá da saúde institucional e ética dos poderes.

Mas em relação às milícias do Rio de Janeiro, há vários indícios e evidências de que esses grupos criminosos têm um pé no mundo político, com vereadores, deputados e até governadores ligados às suas redes. O avanço delas dentro do Estado é mais claro do que o das facções tradicionais.

Nesse sentido, as milícias são, por enquanto, o elo mais visível entre o crime organizado e o poder político institucional no Brasil. Verdade seja dita, o PCC e o CV operam como proto-Estados em algumas áreas. A transformação em uma força paramilitar explícita ou política organizada pode ser improvável a curto prazo, mas não inconcebível a longo prazo, especialmente se ao que assistimos no dia a dia levar-nos ao colapso institucional do Estado. No entanto, é preciso aceitar que o futuro urbano de grandes metrópoles, como Rio de Janeiro e São Paulo, diante do fortalecimento do crime organizado, é nebuloso.

Em São Paulo, o PCC atua com baixa visibilidade e alta organização, quase como uma empresa clandestina com cadeia logística e disciplina interna. O Estado praticamente "coexiste" com ele. No Grande Rio, há três forças paralelas disputando território: CV, TCP (Terceiro Comando Puro) e milícias armadas ligadas a ex-policiais, que cobram taxa de segurança, vendem gás, internet e fazem justiça à margem da lei.

Caso o crime organizado consiga penetrar nas estruturas políticas locais, como vereadores, prefeituras, associações de bairro, a coisa está feita. Eles poderão facilmente influenciar decisões de urbanização, como transporte, serviços públicos. Além, é claro, de controlar o "voto de cabresto" nas favelas e periferias. O cenário futuro promete o aumento da favelização e de "zonas autônomas", que são áreas onde a polícia não entra ou entra apenas com operações de guerra.

Entra ainda nesse rol de infortúnios a questão da liberação dos jogos de azar para facilitar ao máximo a lavagem de dinheiro sujo. Mas isso depende também do enforcement do Estado ou da sua capacidade de ações e procedimentos legais para garantia das leis. Facções e milícias atuam no jogo de bicho, caça-níqueis, máquinas ilegais e apostas on-line. Com a legalização dos jogos físicos, passaram a criar casas de apostas como "fachadas", onde declaram lucros fictícios em jogos de baixa fiscalização. Com isso, misturam dinheiro limpo e sujo, dificultando o rastreamento. Além disso, utilizam "laranjas" e empresas de fachada para abrir cassinos, bingos e plataformas on-line.

É preciso evitar, a todo custo, a transformação do crime em uma espécie de "capitalismo criminoso sofisticado". Na questão dos jogos de azar, em que os lucros são bilionários, a corrupção na máquina do Estado favorece ainda mais o crime. A verdade é que foi dada a liberação dos jogos de azar sem uma devida e forte regulação. Seria necessário empreender uma colaboração direta entre Receita Federal, COAF, Polícia Federal, MPF e bancos. O que não podemos negar é que cidades como Rio de Janeiro e São Paulo enfrentam uma erosão progressiva da autoridade estatal em muitos territórios populares.

A frase que foi pronunciada:

"Uns venceram por seus crimes, outros fracassaram por suas virtudes."

William Shakespeare

História de Brasília

Os pontos de táxis na W3 estão tomando espaço demais, além do necessário. É um abuso, porque enquanto sobram 10 vagas em cada posto, os carros particulares têm que estacionar longe demais, e, às vezes, não há local. (**Publicada 4/5/1962**)